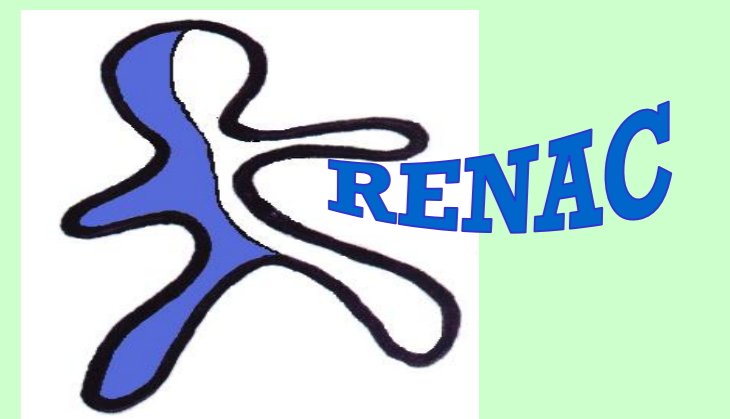


RISCO FETAL DE ANOMALIAS CONGÉNITAS COM BASE NA IDADE MATERNA EM PORTUGAL

Paula Braz, Ausenda Machado, Carlos Matias Dias
Registo Nacional de Anomalias Congénitas,
Departamento de Epidemiologia - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge



Registo Nacional de Anomalias Congénitas



INTRODUÇÃO

As anomalias congénitas (AC) são erros do desenvolvimento, presentes no período embrionário que se manifestam por alterações estruturais, funcionais ou bioquímicas detetadas ao nascer ou mais tardiamente. A etiologia das AC é múltipla tendo os fatores genéticos e ambientais um papel relevante e frequentemente conjugado. Anualmente 2% a 3% dos nascimentos em todo o mundo são afetados por uma anomalia congénita maior (1).

A idade materna é um reconhecido fator de risco para a mortalidade e morbilidade fetais. A associação entre idade materna e o nascimento de um filho com uma anomalia cromossómica, nomeadamente trissomia 21, está bem estabelecida e aumenta nas grávidas com idade superior aos 35 anos (2).

Presentemente vários investigadores apresentam estudos que sugerem uma relação entre anomalias estruturais fetais, sem alterações cromossómicas, e as idades maternas localizadas nos extremos do período reprodutivo, nomeadamente abaixo dos 20 anos e superiores aos 35 anos de idade (3).

Dados do Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) mostram que em Portugal, a prevalência de anomalias congénitas, excluindo as anomalias cromossómicas, é maior no grupo das anomalias cardiovasculares seguido do grupo das anomalias do sistema musculo-esquelético, sistema nervoso central e aparelho urinário. Nos restantes grupos as prevalências são baixas(4,5).

Nos últimos anos, a idade materna à data do parto tem vindo a aumentar em Portugal como noutros países europeus.

Este estudo tem como objetivo analisar a prevalência de Anomalias Congénitas (AC) de acordo com a idade materna em Portugal, entre 2002 e 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Analisaram-se os dados do RENAC, registo de base populacional que visa a vigilância epidemiológica e a investigação das AC em Portugal.

O RENAC recebe notificações provenientes, sobretudo, de Serviços Hospitalares de Obstetrícia e de Pediatria/Neonatologia relativas a anomalias congénitas observadas em:

- Recém nascidos vivos, cujas anomalias sejam detetadas durante o período neonatal.
- Fetos mortos com idade gestacional igual ou superior a 20 semanas, ou com mais de 500 gramas de peso.
- Fetos portadores de malformação submetidos a interrupção médica da gravidez, independentemente da idade gestacional ou do peso.

Não são considerados os defeitos metabólicos ou funcionais que não se acompanhem de anomalias estruturais *major*, deformações ou lesões devidas a traumatismo de parto e anomalias estruturais *minor* quando isoladas.

A recolha de informação foi realizada com o apoio de um questionário enviado periodicamente ao Registo Central por via informática, através da internet, ou em suporte em papel. Os registos foram validados e codificados segundo a décima versão da Classificação Internacional de Doenças e causas de morte (CID 10).

Os dados do número de partos foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

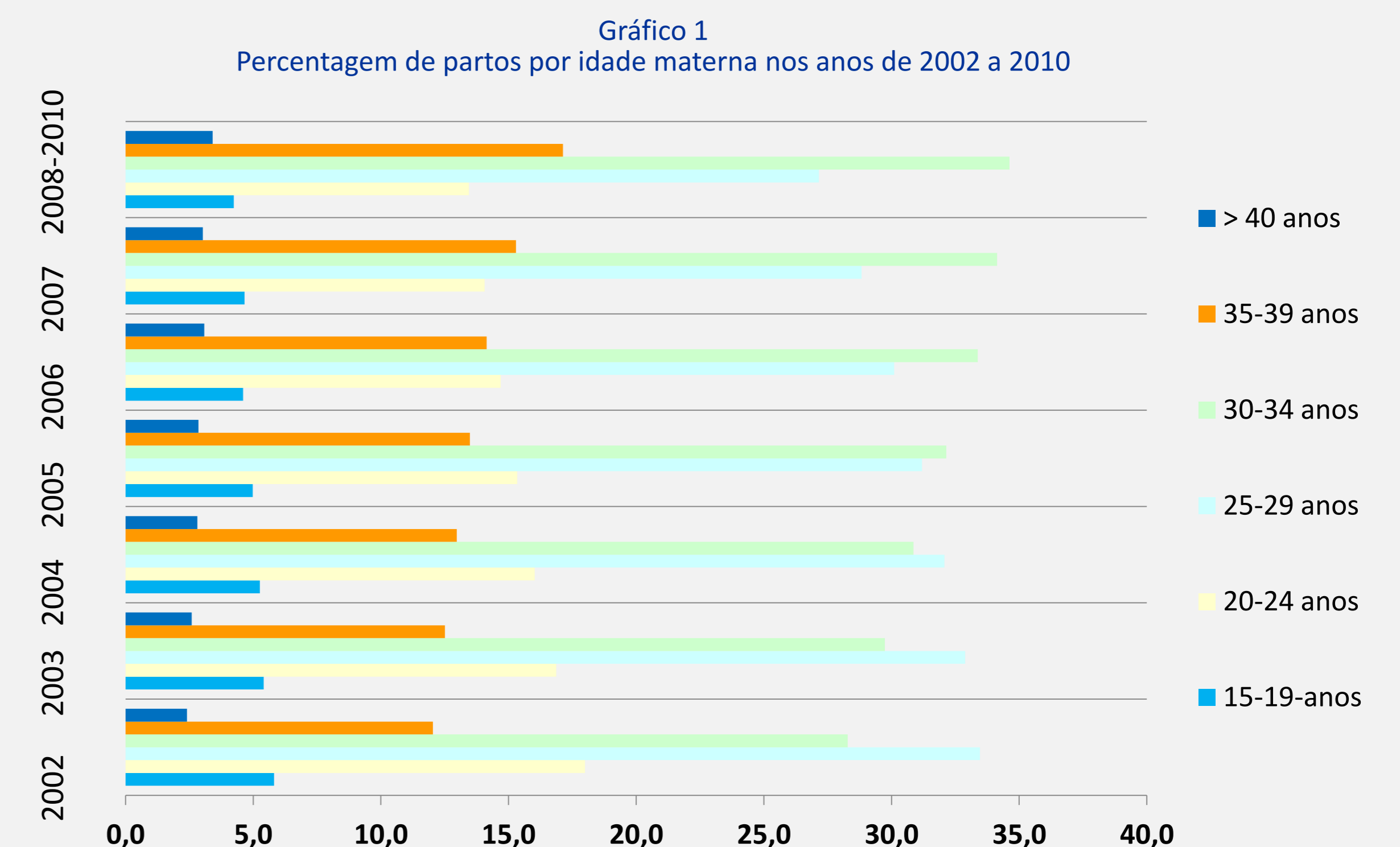
CONCLUSÕES

A idade materna está relacionada com o risco de malformações congénitas do feto, nomeadamente anomalias cromossómicas e malformações cardíacas, sobretudo nas gravidezes após os 40 anos de idade. Nas idades inferiores aos 20 anos verifica-se uma tendência de aumento da gastrosquisis.

A disseminação desta informação é relevante para o planeamento dos cuidados de saúde reprodutiva, em especial para as mulheres e casais em idade fértil, de modo a reconhecerem este fator de risco e o papel do diagnóstico pré-natal na vigilância da gravidez e na prevenção destas anomalias congénitas.

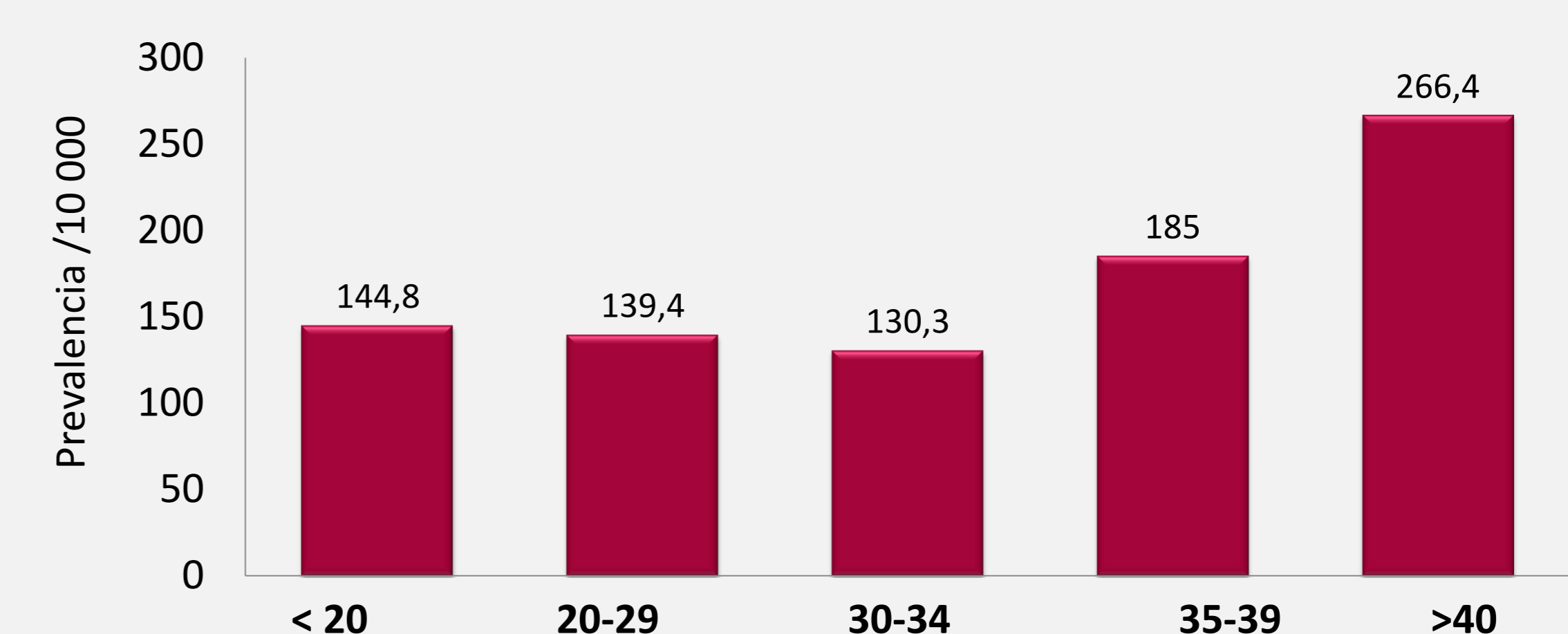
RESULTADOS

Durante os anos de 2002 a 2010, a percentagem de grávidas com idade superior a 35 anos aumentou de 14,4% para 20,5% em Portugal, enquanto que a percentagem de grávidas entre os 15-19 anos de idade diminuiu de 5,8% para 4,8% como se pode observar no gráfico 1.



A distribuição, por idade da materna, da prevalência de AC registadas durante os anos 2002 a 2010, mostra uma subida moderada da prevalência de anomalias após os 35-39 anos (185,0/10000) e uma subida mais acentuada após os 40 anos de idade (266,4/10000), em concordância com os resultados em estudos internacionais.

Gráfico 2
Prevalência (/10 000 nascimentos) do total de anomalias congénitas distribuídas pelos grupos etários das mães

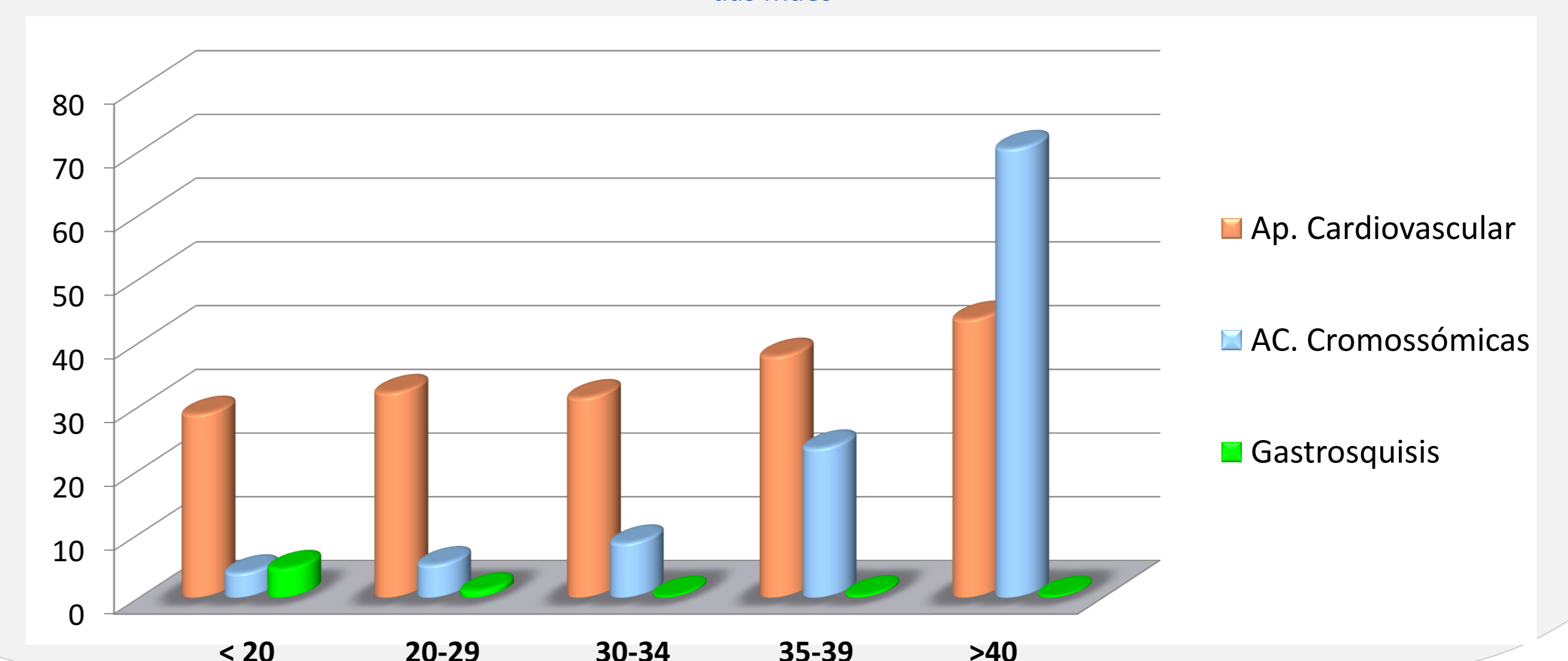


O aumento da idade materna na altura do parto nos anos em estudo, foi acompanhado do esperado aumento das anomalias cromossómicas cuja prevalência observada no grupo dos 35-39 anos foi de 23,4/10000, e de 70,4/10000 após os 40 anos de idade.

Também se verificou uma relação entre a idade materna e as AC do Aparelho Cardiovascular tendo-se observado um aumento da prevalência sobretudo nas grávidas com idade superior aos 40 anos(43,6/10 000 nascimentos).

Nas grávidas jovens com idades inferiores aos 20 anos, os resultados do estudo mostram uma prevalência aumentada da Gastrosquisis (4,5/ 10000 nascimentos) comparativamente aos valores encontrados nos restantes grupos etários que apresentam prevalências inferiores a 1 caso por cada 10 000 nascimentos.

Gráfico 3
Distribuição da prevalência (/10000 nascimentos) de AC do aparelho cardiovascular, cromossómicas e gastrosquisis por grupos etários das mães



BIBLIOGRAFIA

1. EUROCAT Report 8: Surveillance of Congenital Anomalies 1980 -1999. Ulster: EUROCAT Working Group, University of Ulster, 2002
2. Loane M, Dolk H, Morris J, a EUROCAT Working Group. Maternal age-specific risk of non-chromosomal anomalies. BJOG 2009;116:1111-1119.
3. HOLLIER L M, LEVENO K J, KELLY MA, MCINTIRE DD, CUNNINGHAM FG. Maternal age and malformations in singleton births. Obstet Gynecol. 2000 Nov;96(5 Pt 1):701-6.
4. CENTRO DE ESTUDOS E REGISTO DE ANOMALIAS CONGÉNITAS - Relatório de 2002-2007. Lisboa: Observatório Nacional de Saúde. Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2010
5. CENTRO DE ESTUDOS E REGISTO DE ANOMALIAS CONGÉNITAS - Relatório de 2008-2010. Lisboa: Observatório Nacional de Saúde. Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2011